

TERMO DE CREDENCIAMENTO 008/2025 - CREDENCIAMENTO Nº 005/2024

CREDENCIANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, inscrito no CNPJ sob n.º 00.136.858/0001-88, cidade de Pato Branco/PR, neste ato representada pelo Presidente, Sr. VILMAR SCHMOLLER.

CREDENCIADO: JUAN GABRIEL EDLER PACHECO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida Rua Duque De Caxias 597, Centro na cidade de Mangueirinha/PR CEP: 85.540-000, sob CPNJ 34.786.607/0001-60, neste ato representada por seu representante legal, JUAN GABRIEL EDLER PACHECO inscrito no CPF nº ***.272. ***-**. **.

1.1. Pelo presente Termo de Credenciamento, oriundo da Chamada Pública n.º 005/2024, devidamente justificado e regido pelo Edital de CREDENCIAMENTO n.º 005/2024 e seus anexos, em conformidade com a Lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021, que trata sobre Licitações e Contratos e pelas Resoluções CONIMS n.º 060/2023 e n.º 233/2023, n.º 019/2024 e Ato de Consórcio nº 069/2024 e as que vierem a sucedê-las, o CREDENCIANTE e CREDENCIADO, neste ato representados por seus representantes legais ao final subscritos, tem entre si justo e avençado o presente termo mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA NAS INSTALAÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS, nas suas unidades descentralizadas e demais unidades de saúde dos municípios consorciados.

1.2. Serviços prestados pelo credenciado, conforme listado no **Anexo I** deste Termo de Credenciamento.

1.3. Municípios que serão atendidos pelo credenciado, conforme listado no **Anexo II** deste Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DEMANDA

2.1. Este credenciamento visa à contratação paralela e não excludente de todos os interessados que preencham as condições do Edital, sendo que a demanda será distribuída, aos prestadores, em forma de rodízio, equitativa e proporcionalmente à capacidade informada e o seguinte critério objetivo:

2.1.1. O rodízio é realizado pelo critério da menor distância entre a sede do prestador e o local de prestação do serviço, com base no *google maps*, passando-se ao seguinte mais próximo, a demanda subsequente.

2.1.2. Não havendo prestador credenciado no Município requisitante, a busca se dará dentre os sediados nos Municípios contíguos, atribuindo-se a demanda àquela cuja sede for mais próxima ao local do serviço, passando-se ao seguinte mais próximo a demanda subsequente.

2.1.3. Havendo um único prestador credenciado no Município, este absorverá toda a demanda daquela municipalidade.

2.1.4. O rodízio será por ordem cronológica de contratação.

2.1.5. Compete ao Setor de Manutenção do CONIMS organizar, fiscalizar e seguir as regras de rodízio.

CLÁUSULA TERCEIRA - FORMA DE SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS

3. Os municípios consorciados atuarão como interessados neste credenciamento, sendo que o CONIMS será responsável pelo controle do rodízio de prestadores credenciados, informando ao município que solicitar algum serviço qual é o prestador que poderá executar o referido serviço no município.

3.1. Ao ser informado ao município os dados do prestador credenciado para a execução dos serviços solicitados o próprio município fará contato com o prestador para firmar contrato e alinhar a execução dos serviços.

3.2. O pagamento dos serviços prestados será de responsabilidade do próprio município e não por intermédio do CONIMS.

CLÁUSULA QUARTA - LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1. Os serviços deverão ser executados no município solicitante, conforme a sua demanda.

4.2. Uma vez efetuado o pedido pelo município, o prestador credenciado deverá executar os serviços em até três dias úteis, a partir da data estabelecida em contrato, sob pena de aplicação das sanções pertinentes.

4.2.1. O prazo de que trata o item 8.2 poderá ser prorrogado, quando solicitado formalmente pelo prestador, durante o transcurso do prazo inicial (três dias úteis), desde que seja devidamente justificado com apresentação de documentos comprobatórios e aceitos pelo município solicitante.

4.2.2. Não será permitida a troca de CNPJ registrado durante a vigência do credenciamento.

4.3. Caso o prestador não execute os serviços solicitados no prazo estabelecido, o mesmo será NOTIFICADO para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, se manifestar a respeito, não o fazendo, sofrerá as penalidades previstas no edital, em seus anexos e na legislação pertinente.

4.4. Quanto a execução dos serviços de limpeza de caixas d'água:

4.4.1. A execução do serviço deverá orientar-se pelo MN-353.R-0 - Manual de limpeza e desinfecção de reservatórios de água, aprovado pela Deliberação CECA n.º 2.918, de 06 de julho de 1993.

4.4.2. Procedimentos de Limpeza de Caixa de Água:

4.4.2.1. Esgotamento da Caixa d'água/Reservatório;

4.4.2.2. Lavagem das paredes internas;

4.4.2.3. Retirada de toda a sujeira e esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza pelo sistema mecânico;

4.4.2.4. Enxágue e desinfecção;

4.4.2.5. Aspersão de hipoclorito de sódio 2 a 2,5%;

4.4.2.6. Escovação com vassoura de nylon para não afetar a impermeabilização do reservatório;

4.4.2.7. Reabastecimento da caixa d'água/reservatório;

4.4.2.8. A Contratada deverá emitir um Formulário (laudo) de Comprovação dos Serviços Executados e da validade da limpeza, bem como tirar foto do antes e depois de cada limpeza de caixa d'água e encaminhar para o solicitante do empenho.

4.4.3. Para os serviços de desinsetização e desratização:

4.4.3.1. Os serviços deverão ser executados incluindo os insumos, as porta iscas e as iscas;

4.4.3.2. O combate a insetos e animais nocivos deverá ser realizado nas áreas internas e externas das unidades de saúde dos municípios consorciados;

4.4.3.3. Fornecimento de certificado, laudo técnico e relatório de serviços.

4.4.3.4. Os produtos utilizados deverão ser de qualidade e apropriados para a eliminação de: insetos, aracnídeos, escorpiões, etc.

CLÁUSULA QUINTA -DO REAJUSTE

5.1. Os valores dos serviços do referido credenciamento poderão ser revisados a qualquer tempo.

5.2. A remuneração dos serviços será de acordo com os valores constantes neste Edital, seus anexos e suas alterações posteriores.

5.3. Fica vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação aos valores propostos.

5.4. Os valores dos serviços poderão ser revisados anualmente, à critério do CONIMS.

5.5. A concessão de reajuste e reequilíbrio econômico financeiro importa na análise do comportamento de mercado e, sendo o caso, a alteração da tabela de valores, com efeitos perante todos os credenciados.

5.6. Quando da solicitação de reajuste o mesmo deverá ser devidamente comprovado, sendo que, as Solicitações de Fornecimento emitidas anteriormente a data do pedido não sofrerão alterações.

5.7. O aumento do preço tabelado, conforme comportamento de mercado, somente ocorrerá quando nenhum dos credenciados aceitar praticar o preço menor.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas geradas em função do objeto ocorrerão por conta da dotação orçamentária:

01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.30.00.00.00.00 - Fontes 000 e 076

01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00.00.00 - Fontes 000 e 076

02.001.10.302.0002.2.002.3.3.90.30.00.00.00.00 - Fontes 000 e 076

02.001.10.302.0002.2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 - Fonte 076

03.001.10.302.0002.003.3.3.90.30.00.00.00.00 - Fonte 076

03.001.10.302.0002.003.3.3.90.39.00.00.00.00 - Fonte 076

CLÁUSULA SÉTIMA - EMISSÃO DA NOTA FISCAL, VENCIMENTO E PAGAMENTO

7.1. Os municípios consorciados serão responsáveis pelos pagamentos dos serviços contratados. O CONIMS se responsabilizará apenas pelo pagamento das suas contratações.

7.2. O pagamento será efetuado pelo Ente Participante e/ou CONIMS via crédito bancário na conta corrente de titularidade da Pessoa Jurídica declarada pelo prestador credenciado em até 10 (dez) dias corridos após a conclusão dos serviços executados e também do recebimento da Nota Fiscal.

7.3. O pagamento **não** será realizado através de boleto bancário.

7.4. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos serviços executados conforme valores definidos neste edital.

7.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida no mesmo CNPJ o qual foi habilitado para o credenciamento, não sendo aceito de matriz quando filial e vice-versa.

7.6. Na Nota Fiscal deverá constar os itens em conformidade com termo de referência e mencionar a quantidade executada, se por hora, por serviço, além de informar o número do processo, a modalidade da licitação, número do contrato e solicitação de fornecimento e/ou empenho, sendo obrigatória a retenção do IRRF ou declaração de isenção na forma da IN RFB 1234/2012 - Anexo I e regulamentações do CONIMS e de cada ente federado consorciado solicitante.

7.7. A Nota Fiscal deve ser encaminhada ao e-mail do órgão solicitante do serviço conforme informado no contrato que será firmado entre as partes, no ato de sua emissão.

7.8. Havendo erros na emissão da Nota Fiscal a mesma deverá ser substituída ou anulada, e/ou se constatados de erros na execução dos serviços, circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até que o prestador credenciado providencie as medidas saneadoras.

7.9. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.10. Em caso de Processo Administrativo, o Ente participante/CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

7.11. O prestador registrado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. Caso constatada a ausência de emissão de alguma destas, o prestador será notificado para regularização,

caso não seja solucionado, serão tomadas as medidas cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O Termo de Credenciamento firmado entre o CONIMS e o prestador terá vigência enquanto o edital de chamamento público estiver em aberto.

8.2. Já o contrato firmado entre o ente solicitante e o prestador terá vigência de 12 meses, não podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA NOVA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. A execução do credenciamento será fielmente cumprida pelas partes, de acordo com as condições avençadas no edital, neste Termo de Referência e demais anexos, e ainda de acordo com as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) e gestor (es) do credenciamento, ou pelos respectivos substitutos de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.3. O fiscal e o gestor do Termo de Credenciamento serão os designados conforme Resolução CONIMS.

9.3.1. O gestor e fiscal do contrato para execução dos serviços com o município consorciado serão os designados pelo ente público que contratar o serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o prestador, mediante culpa ou dolo, que:

- a) Der causa à inexecução parcial do termo de credenciamento;
- b) Der causa à inexecução total do termo de credenciamento;
- c) Ensejar o retardamento da execução sem motivo justificado;
- d) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução/vigência do credenciamento;
- e) Praticar ato fraudulento na execução do objeto;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao prestador que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o prestador der causa à inexecução parcial do termo de credenciamento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b" e "c" do subitem acima deste credenciamento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "d", "e", "f" e "g" do subitem acima deste termo, bem como nas alíneas "b" e "c", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- d) Multas (cumulativas ou não):

1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a 31 dias autoriza a Administração a promover a extinção do termo de credenciamento por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, sem prejuízo da multa.

2) Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, nos casos de inexecução total, não previstos no item anterior ou de qualquer outra irregularidade do objeto, em valor não inferior a R\$ 1.500,00 e, se em valor excessivo, passível de redução a critério do julgador.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONIMS e municípios consorciados.

10.4. Todas as sanções previstas neste credenciamento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONIMS ao prestador credenciado, além da perda desse valor, terá a diferença descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, se inerte o fornecedor no seu recolhimento administrativo, no prazo máximo de 30 (trinta) a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CONIMS.

10.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao prestador credenciado, observando-se o procedimento previsto na Resolução CONIMS n.º 233/2023 ou outra que vier a substituí-la.

10.8. Na aplicação das sanções serão considerados, inclusive para fins de agravamento:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto e os antecedentes;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o órgão gerenciador;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.9. A personalidade jurídica do prestador credenciado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste termo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o prestador credenciado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma da Resolução CONIMS n.º 233/2023 ou outra que vier a substituí-la.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO E/OU CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO

11.1. O termo de credenciamento se extingue quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, o que pode ensejar apuração em processo administrativo, observado o prazo prescricional.

11.2. Cancelamento do termo de credenciamento:

11.3. O credenciamento será cancelado pelo CONIMS e/ou a pedido do município consorciado, observado o devido processo legal, quando o fornecedor:

11.3.1. Descumprir as condições do credenciamento sem motivo justificado;

11.3.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa razoável;

11.3.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.3.3.1. Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do termo de credenciamento, o CONIMS poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do credenciamento, vedadas novas contratações derivadas deste enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.4. O cancelamento do termo de credenciamento poderá ser realizado pelo CONIMS total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - Por razão de interesse público do CONIMS e dos municípios consorciados;

II - A pedido do prestador, decorrente de caso fortuito ou força maior comunicando diretamente ao CONIMS que analisará e informará os municípios; ou

III - Por acordo entre as partes, precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente do CONIMS e reduzidas a termo no respectivo processo.

11.5. O cancelamento do Termo de Credenciamento só poderá ser realizado se o prestador não tiver serviços em andamento em algum ente público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – AÇÕES JUDICIAIS

12.1. Qualquer ação judicial contra a Contratante oriunda de serviços prestados pela Contratada, ou mesmo que venha a Contratante compor a lide, será de exclusiva responsabilidade da Contratada, a qual arcará com todas as despesas de qualquer natureza que do ato resultar, ressarcindo à Contratante todo e qualquer valor que for obrigada a desembolsar em razão dessas ações judiciais, extrajudiciais ou reclamações administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1. Para resolver os conflitos e dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Pato Branco/PR.
E por assim estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e na presença de duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.

O presente Termo de Credenciamento, com suas alterações, entra em vigor a partir de 01/05/2025.

Pato Branco/PR, 29 de abril de 2025

JUAN GABRIEL EDLER PACHECO LTDA
Responsável pelo Credenciado

VILMAR SCHMOLLER
Responsável pela Credenciante

Testemunhas:

SANDRA FIM
CPF ***.809.***-**

JEAN RICARDO DORSI
CPF ***.042.***-**

ANEXO I

RELAÇÃO DE SERVIÇOS E RESPECTIVOS VALORES

LOTE 1 – LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA				
ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR
1	72021554108	Limpeza de caixa d'água de 200 a 400 litros com emissão de laudo e certificado conforme endereço da unidade.	SERVIÇO	R\$ 133,00
2	72021554109	Limpeza de caixa d'água de 500 litros com emissão de laudo e certificado conforme endereço da unidade.	SERVIÇO	R\$ 148,00
3	72021554110	Limpeza de caixa d'água de 1.000 a 1.500 litros com emissão de laudo e certificado conforme endereço da unidade.	SERVIÇO	R\$ 166,00
4	72021554111	Limpeza de caixa d'água de 2.000 a 2.500 litros com emissão de laudo e certificado conforme endereço da unidade.	SERVIÇO	R\$ 226,00
5	72021554112	Limpeza de caixa d'água de 3.000 litros com emissão de laudo e certificado conforme endereço da unidade.	SERVIÇO	R\$ 271,00
6	72021554113	Limpeza de caixa d'água de 5.000 litros com emissão de laudo e certificado conforme endereço da unidade.	SERVIÇO	R\$ 287,00
7	72021554114	Limpeza de caixa d'água de 7.500 litros com emissão de laudo e certificado conforme endereço da unidade.	SERVIÇO	R\$ 377,00
8	72021554115	Limpeza de caixa d'água de 10.000 litros com emissão de laudo e certificado conforme endereço da unidade.	SERVIÇO	R\$ 462,00
9	72021554116	Limpeza de caixa d'água de 15 a 20.000 litros com emissão de laudo e certificado conforme endereço da unidade.	SERVIÇO	R\$ 538,00
10	72021554117	Limpeza de caixa d'água de 40.000 a 50.000 litros com emissão de laudo e certificado conforme endereço da unidade.	SERVIÇO	R\$ 1.853,00

ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR
31	72021554138	Serviço de Desinsetização e desratização (com porta iscas e incluso as iscas)	METRO	R\$ 0,85

ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIÇÃO DO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR
32	72021554139	Taxa de Deslocamento - Valor pré-fixado	KM	R\$ 1,52

ANEXO II

MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PRESTADOR

PARANÁ	CONIMS/ PATO BRANCO
	CHOPINZINHO
	CLEVELÂNDIA
	CORONEL DOMINGOS SOARES
	ITAPEJARA D' OESTE
	MAGUEIRINHA
	PATO BRANCO
	SAUDADE DO IGUAÇU
	SULINA
	CORONEL VIVIDA
	BOM SUCESSO DO SUL
	HONÓRIO SERPA
	MARIÓPOLIS
	PALMAS
	SÃO JOÃO
	VITORINO
SANTA CATARINA	CAMPO ERÊ
	JUPIÁ
	NOVO HORIZONTE
	OURO VERDE
	ABELARDO LUZ
	CAIBI
	CORONEL MARTINS
	FORMOSA DO SUL
	GALVÃO
	IPUAÇU
	IRATI
	PALMA SOLA
	SANTIAGO DO SUL
	SÃO BERNARDINO
	SÃO LOURENÇO DO OESTE

Assinantes

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

JQZ**500****357****1RM**